

## **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por seu Promotor de Justiça signatário, em exercício na 4ª Promotoria de Justiça de Concórdia, doravante denominado **COMPROMITENTE**, e o **MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n. 82.777.244/0001-40, representada pelo Prefeito em exercício, Ademir Pedro Toniello, doravante denominado **COMPROMISSÁRIO**, nos autos do Inquérito Civil n. 06.2021.00001716-9, autorizados pelos arts. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85, e 97 da Lei Complementar Estadual n. 738/2019; e

**CONSIDERANDO** as funções institucionais do Ministério Público previstas nos arts. 127 e 129, ambos da Constituição da República, nos arts. 26 e 27, ambos da Lei n. 8.625/93, e nos arts. 90 e 91, ambos da Lei Complementar Estadual n. 738/2019, das quais se extrai competir-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, em cujo contexto se insere a defesa do patrimônio público e dos princípios constitucionais da Administração (art. 37, CF);

**CONSIDERANDO** que a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme disposto no art. 37 da Constituição da República e no art. 16 da Constituição do Estado de Santa Catarina;

**CONSIDERANDO** que, nos termos do art. 1º da Resolução n. 179 do Conselho Nacional do Ministério Público e do art. 25 do Ato n. 395/2018/PGJ do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, "*o compromisso de ajustamento de conduta é instrumento de garantia dos direitos e interesse difusos e coletivos, individuais homogêneos e outros direitos de cuja defesa está incumbido o Ministério Público, com natureza de negócio jurídico que tem por finalidade a adequação da conduta às exigências legais e constitucionais, com eficácia de título executivo*

*extrajudicial a partir da celebração";*

**CONSIDERANDO** que o § 2º do art. 1º da Resolução n. 179 do Conselho Nacional do Ministério Público e o § 2º do art. 28 do Ato n. 395/2018/PGJ do Ministério Público do Estado de Santa Catarina permitem o compromisso de ajustamento de conduta nas hipóteses configuradoras de improbidade administrativa, assegurando-se o ressarcimento ao erário e a aplicação de uma ou algumas das sanções previstas em lei, de acordo com a conduta ou o ato praticado;

**CONSIDERANDO** que o art. 1º da Lei n. 13.140/2015 afirma que a mediação deve ser utilizada como meio de solução de controvérsias entre particulares e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública;

**CONSIDERANDO** que, no âmbito da Notícia de Fato n. 01.2021.00007111-9, apurou-se que o servidor **Vanderlei Antonio Frigo**, nomeado em 31-8-2001 para o exercício do cargo de provimento efetivo de técnico agrícola do Município de Presidente Castello Branco, foi designado em 1º-10-2001 para "expediente da Vigilância Sanitária", e, desde então, atua como vigilante sanitário;

**CONSIDERANDO** que, conforme Lei Complementar n. 62/2009, que dispõe sobre o Plano de Carreira do Poder Executivo do Município de Presidente Castello Branco, as atribuições inerentes aos cargos de Técnico Agrícola e de Vigilante Sanitário e/ou Fiscal Sanitário não se confundem e demandam a execução de tarefas distintas;

**CONSIDERANDO** que, segundo o Tribunal de Contas de Santa Catarina, "a cessão de servidor público municipal, ocupante de cargo efetivo, para outro órgão da Administração Pública somente é possível quando as atribuições de ambos os cargos se equivalem, sob pena de caracterizar desvio de função". (Prejulgado 1513);

**CONSIDERANDO** que o desvio de função é prática ilegal e que acarreta ônus indevido ao erário, além de desguarnecer a função provida com aquele servidor que desempenha suas atividades em outro ambiente com outras tarefas;

**CONSIDERANDO** que o Município de Presidente Castello Branco esclareceu que não há, hoje, a necessidade de substituição do servidor em desvio de função por outro efetivo, considerando a demanda do serviço, que já conta com

outro servidor, o que, porém, pode ser reavaliado no futuro;

**CONSIDERANDO** que o Município de Presidente Castello Branco manifestou interesse em regularizar a situação;

### **RESOLVEM**

celebrar o presente **Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta**, de acordo com os seguintes termos:

### **1. OBJETO**

**Cláusula 1ª:** O presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta tem por objeto a regularização, no Município de Presidente Castello Branco, ora COMPROMISSÁRIO, do exercício de cargo público pelo servidor **Vanderlei Antonio Frigo** que, em que pese nomeado em 31-8-2001 para o exercício do cargo de provimento efetivo de técnico agrícola, atua como vigilante sanitário desde 1º-10-2001.

### **2. OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO**

**Cláusula 2ª:** O COMPROMISSÁRIO se compromete a tomar as medidas necessárias à realocação do servidor **Vanderlei Antonio Frigo** no cargo efetivo de técnico agrícola, a partir de **1º de setembro de 2021**, comprovando as medidas tomadas a esta Promotoria de Justiça, no prazo de 10 dias a contar da referida data.

**Parágrafo primeiro.** O exercício da função de vigilante sanitário deverá se dar por servidor efetivo, aprovado em concurso público, com qualificação técnica compatível com as atribuições e funções desempenhadas, previstas na Lei Complementar n. 62/2009.

**Parágrafo segundo.** A necessidade de provimento de outro servidor efetivo para o cargo de vigilante sanitário, no lugar das funções antes desempenhadas por Vanderlei Antonio Frigo, será avaliada pelo Município de Presidente Castello Branco, dentro de sua discricionariedade, diante da demanda pelos serviços correspondentes.

### **3. MULTA COMINATÓRIA PELO DESCUMPRIMENTO**

**Cláusula 3ª:** O descumprimento das obrigações assumidas implicará, para o Prefeito Municipal em exercício na data da caracterização do descumprimento, a imposição de multa pessoal e diária, no valor de R\$ 100,00 (cem reais), aplicada para cada dia de atraso, conforme as respectivas cláusulas deste termo, a qual será corrigida mensalmente pelo INPC ou índice equivalente, e será recolhida ao Fundo de Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina, previsto no art. 13 da Lei n. 7.347/85 e na Lei Complementar Estadual n. 738/2019.

**Parágrafo único.** O descumprimento das obrigações assumidas neste termo não exime os compromissários de suas responsabilidades e poderá ensejar, além da incidência e cobrança da multa respectiva, a propositura ou andamento de ação civil pública já instaurada, a execução específica das obrigações de fazer ou não fazer, a instauração de inquérito policial ou ação penal, bem como outras providências administrativas cabíveis.

### **4. FISCALIZAÇÃO**

**Cláusula 4ª.** O presente termo de ajustamento de conduta não impede a fiscalização permanente do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, tampouco afasta a responsabilidade penal, civil ou administrativa decorrente de fatos pretéritos ou futuros relativos ao objeto deste instrumento.

### **5. ADITAMENTO**

**Cláusula 5ª:** As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objeto o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

### **6. VIGÊNCIA E EFICÁCIA**

**Cláusula 6ª.** O presente termo de ajustamento de conduta entrará

**4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CONCÓRDIA**

em vigor na data de sua assinatura, com eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do § 6º do art. 5º da Lei n. 7.347/85 e do art. 784, XII, do Código de Processo Civil, e posterior arquivamento do Inquérito Civil n. 06.2021.00001716-9 será submetido à apreciação do Conselho Superior do Ministério Público, conforme determina o § 3º do art. 9º da Lei n. 7.347/85.

**7. FORO**

**Cláusula 7ª.** As partes elegem o foro da Comarca de Concórdia para dirimir quaisquer dúvidas ou conflitos oriundos do presente termo.

Por estarem compromissados, firmam este Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.

Concórdia, 10 de agosto de 2021.

[assinado digitalmente]  
Fabrício Pinto Weiblen  
Promotor de Justiça

Ademir Pedro Toniolo  
Prefeito em exercício  
Município de Presidente Castello Branco

José Irineu Finger Júnior  
Assessor Jurídico  
Município de Presidente Castello Branco